As histórias e culturas indígenas nos currículos das licenciaturas em História

Resumo: O presente artigo resume o resultado de pesquisa de doutorado, defendida recentemente no Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP. O trabalho de doutorado foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Apresentamos o estudo dos currículos de quatro cursos de Licenciatura em História, todas de universidades localizadas no estado de São Paulo, com o objetivo de compreender e demonstrar o processo pelo qual conteúdos de História Indígena passam a ser relevantes nestes cursos. A Lei 11.645/08, ao reforçar a relevância que a escola tem ao tornar obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas, leva ao questionamento e entendimento da importância da Universidade no processo de formação dos professores. Para o estudo foram analisadas a legislação pertinente e o currículo de alguns cursos de Licenciatura em História.

Palavras-chave: história indígena; currículo; licenciatura em História.

Abstract: The present article summarizes the result of doctorate research, defended recently in the Program of Postgraduate Studies in Education: History, Politics and Society of the PCU-SP (Pontifical Catholic University of São Paulo). The doctorate work was accomplished with support of National Council of Scientific and Technological Development. We presented the study of the curriculum of four courses of Degree in History, all of located universities in the state of São Paulo, with the objective of to understand and to demonstrate the process for which, contents of Indigenous History start to be relevant in these courses. The Law 11.645/08, when reinforcing the relevance that the school has when turning obligatory the teaching of the histories and indigenous cultures, it takes to the questioning and understanding of the importance of the University in the process of the teachers' formation. For the study the pertinent legislation and the curriculum were analyzed of some courses of Degree in History.

Keywords: indigenous history; curriculum; graduation in History.

Nos últimos anos tem crescido o interesse de pesquisadores de diferentes áreas, pelo estudo de temas que concernem à questão indígena. Na Educação, por exemplo, têm surgido muitas pesquisas sobre educação escolar indígena, ensino de temas relativos à cultura indígena nas escolas, legislação educacional específica, etc. Nos estudos de História, outro exemplo, os indígenas vêm conquistando pela primeira vez um protagonismo na história narrada.

O exame de temas relacionados aos povos e culturas indígenas é uma necessidade que tem vínculos diretos com a realidade brasileira atual. Consiste numa forma de atender e compreender os debates em construção na sociedade brasileira - sobre a diversidade cultural – articulando-as aos problemas sociais contemporâneos.

Nos anos 1980, no contexto de redemocratização do país, vários segmentos sociais se organizaram na busca de direitos que até então foram negados. O Movimento Negro, por exemplo, reivindicava há muito tempo, políticas que promovessem não apenas melhores condições de vida para os afrodescendentes, mas também a implementação de ações legais e educativas no combate ao racismo, discriminação e preconceito.

Quanto ao movimento indígena[[1]](#footnote-1), os povos originários começaram a formar organizações de alcance nacional e com pautas de reivindicação já na década de 1970. Buscavam, naquele momento, se defender das frentes de expansão promovidas pela Ditadura Civil-Militar no Brasil[[2]](#footnote-2).

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi uma grande conquista para os povos indígenas e seus apoiadores. Pela primeira vez em um documento oficial foi abandonada a visão assimilacionista ao reconhecer e garantir-lhes o direito às suas especificidades étnico-culturais, assim como seus direitos sobre terras ao serem definidos como população originária; e ainda o direito de terem escolas diferenciadas e bilíngues, com currículos e calendários específicos.

Na década de 1990, houve mudanças na educação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), decretada em 1996, marcando o início de uma nova fase da política, gestão e legislação da educação brasileira. Mais tarde a Lei 10.639/03 e sua complementar, Lei 11.645/08, alteraram o artigo 26-A da LDBN (Lei 9.394/96) ao estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar.

Apesar dos significativos avanços na legislação, entre a lei e a sua realização sempre foi amplo o descompasso no Brasil. Do currículo do ensino básico ao universitário, a narrativa histórica oficial, em grande parte e por muito tempo privilegiou o ponto de vista europeu sobre a história de nossa formação. Forneceu, muitas vezes, apenas uma linha explicativa em que os indígenas não estavam presentes como sujeitos, como parte constituinte da identidade nacional brasileira.

Conforme Circe Maria Fernandes Bittencourt (2004) o ensino da História do Brasil está diretamente relacionado à constituição da identidade nacional. Segundo a historiadora, a disciplina de História foi incluída no currículo das escolas com o objetivo político de construir a ideia de um Brasil como nação e o sentimento de pertencimento a uma identidade nacional. Sobre o atual momento da disciplina de História e sua função quanto à construção da identidade nacional, salienta que persiste a necessidade de situar o papel da História do Brasil em sua constituição. A autora realiza então, uma importante reflexão sobre o ensino da História do Brasil relacionado ao problema da identidade nacional, no atual momento histórico, em que as histórias nacionais têm sido questionadas e repensadas não somente no Brasil, mas na maior parte dos países ocidentais.

A implementação da Lei 11.645, de 2008, vem oportunizar que os estudantes das escolas brasileiras problematizem a História de nosso país, ampliando-a no sentido de reconhecer e valorizar a nossa grande riqueza cultural, mas para tanto é necessário enfrentar diversos desafios, tais como: produção de conhecimentos sobre os indígenas, suas histórias e suas culturas; publicação de materiais sobre tais temas; fazer com que a produção acadêmica e livros didáticos mais adequados alcancem as escolas; envolver a comunidade escolar em um projeto de discussão, de problematização e de engajamento em ações efetivas que objetivem a valorização da diversidade cultural brasileira; uma urgente política de formação continuada para capacitar os professores a trabalharem com tal temática e; é preciso que os cursos de Licenciatura apresentem disciplinas que discutam as Histórias e Culturas Indígenas[[3]](#footnote-3), oferecendo assim embasamento teórico e metodológico aos futuros professores. Mas devemos lembrar que esse reconhecimento exige também novas posturas e medidas das autoridades governamentais em ouvir dos próprios indígenas a demanda por novas políticas públicas que reconheçam, respeitem e garantam seus direitos.

Na pesquisa aqui relatada consideramos a formação dos futuros professores para o ensino da história indígena como um dos principais elementos que devem ser levados em conta para enfrentar os desafios da implementação da Lei 11.645/08. O trecho a seguir, de Edson Silva, reforça nossa afirmação sobre a formação dos professores e ainda defende a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre a temática indígena nas licenciaturas, sobretudo nos cursos da área de Ciências Humanas:

Passados mais de 04 anos de sua publicação, persistem vários desafios para efetivação do que determinou a Lei 11.645/2008. É de fundamental importância, por exemplo, capacitar os quadros técnicos de instâncias governamentais (federais, estaduais e municipais) para o combate aos racismos institucionais. Mas um grande desafio – ou o maior deles – é a capacitação de professores. Tanto dos que estão atuando (a chamada ‘formação continuada’) quanto daqueles ainda em formação nas universidades públicas e privadas, nos diversos cursos de licenciatura e magistério. Isso significa dizer que no âmbito dos currículos dos cursos de licenciatura e de formação de professores deve ocorrer a inclusão de cadeiras obrigatórias, ministradas por especialistas, tratando especificamente da temática indígena. Sobretudo em cursos das áreas das Ciências Humanas e Sociais (SILVA, 2012, p. 220).

Um dos motivos que dificultam a viabilidade Lei 11.645/08[[4]](#footnote-4), diz respeito justamente ao fato de que a Lei não menciona em seu texto a obrigatoriedade dos cursos superiores, especialmente os de formação de professores, de efetivar o estudo da temática indígena. Sobre a formação nas licenciaturas de História, voltada para o ensino de conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas nas escolas, muitos autores apontam a ausência da temática em seus currículos (BITTENCOURT, 2014, ALMEIDA NETO, 2014, CEREZER, 2015, SANTOS, 2015).

A partir do exposto, propomos as seguintes reflexões: como a temática indígena está sendo tratada nos cursos de formação de professores em História? Eis a nossa principal pergunta que norteia a pesquisa e que se desdobra nos seguintes questionamentos: a) Os cursos de licenciatura em História das universidades estudadas incluem em seus currículos as histórias e culturas indígenas? b) Qual o espaço destinado à temática indígena (esta é incorporada enquanto conteúdos de disciplinas já consagradas ou constituem novas disciplinas especificas sobre as histórias indígenas)? c) Qual a abordagem das disciplinas e conteúdos que referenciam os indígenas?

Com base nas questões apontadas, foram analisados então os currículos dos cursos de História das seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP /Fcl-Assis), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Dentre os critérios para a escolha das universidades, elencamos aqui: o reconhecimento nacional e internacional de que gozam pelo seu ensino e pesquisa, a consideração de que as universidades estudadas são referências para a organização curricular de outras universidades no Brasil, e todas possuem mais de 30 anos de existência e vivenciaram os mesmos períodos e contextos políticos e sociais, sendo assim a universidade é vista no contexto mais amplo dos acontecimentos na sociedade brasileira com o olhar voltado para como ela responde às demandas que a sociedade lhe apresenta. Colaborou ainda para a escolha, o fato de que as universidades localizam-se no Estado de São Paulo, o maior estado da federação em número de habitantes, com longa história de presença indígena como também de invisibilidade desta população[[5]](#footnote-5).

Sustentou a investigação a relevância política, social e cientifica da temática no atual contexto sociocultural e educacional. O diálogo com a universidade possibilita ampliar a compreensão dos problemas relacionados ao estudo da história indígena não apenas no ensino superior, mas também na educação básica uma vez que os currículos dos cursos de licenciaturas exercem grande influência na organização do trabalho pedagógico escolar, e ainda no contexto mais amplo da sociedade.

Analisamos os programas das disciplinas em vigência a partir da aprovação dos atuais projetos pedagógicos dos cursos com base nas discussões sobre a “História Indígena” e ao papel a ela atribuído, mediante análise da dinâmica da construção sócio histórica do currículo dos cursos definidos para a pesquisa.

Adotamos plenamente o conceito de currículo apresentado pelo inglês Ivor Goodson que o entende como construção social, focando onde tal construção se dá primeiramente, em nível da própria prescrição. Acreditamos, assim como Goodson, que o currículo escrito “é o testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização” (GOODSON, 2013, p. 21). Sendo assim, entendemos que o currículo escrito revela e justifica determinadas intenções que são publicamente manifestadas e legitimadas à medida que vão sendo assumidas em estruturas e instituições.

Decorre daí, a importância de se estudar o currículo como um artefato social articulado sempre a um contexto histórico, no qual Goodson ressalta a importância do currículo escrito. O currículo se constrói em uma grande variedade de âmbitos e níveis, sendo essencial diferenciar entre o currículo escrito e o currículo como atividade em sala de aula. Propõe, então, uma abordagem combinada entre o currículo prescrito e a análise das negociações da comunidade disciplinar para a sua realização, devendo ser consideradas tanto as características do contexto interno quanto as suas relações com o contexto externo.

No entanto, é preciso ressaltar que as fontes pesquisadas apresentam limitações. De acordo com Helenice Ciampi, as fontes quando institucionais, como as que analisamos, têm muitas vezes um caráter normativo e que não raro representam intenções difíceis de afirmar se foram mesmo realizadas. Porém, a autora lembra que tais fontes permitem “observações indicativas de tendências que, em determinados momentos, pareceram prevalecer sobre as demais, nas reflexões do corpo docente” (CIAMPI, 2000, p. 35).

Apesar de suas limitações as fontes escolhidas permitem suficientemente compreender que modelos de formação de professores de História vêm sendo adotados nas universidades selecionadas a partir do questionamento sobre como as universidades incluem as histórias e culturas indígenas em seus currículos, e quais conteúdos e perspectivas teórico-metodológicos são privilegiados. Permite também identificar as possibilidades e limitações para o avanço das discussões sobre a temática indígenas nos cursos estudados considerando-se fatores internos e externos às universidades.

Portanto, enfatizamos que nossas análises são apenas indicativas de tendências que, apontam como a questão indígena está ou não presente nas reflexões do corpo docente dos cursos contemplados. Nos últimos anos as universidades têm sido instadas a incluir na formação docente conteúdos que possibilitem aos professores abordar as questões referentes ao ensino das histórias dos indígenas, a resistência à violência sofrida, a cultura indígena brasileira e sua participação e atualidade nas áreas social, econômica e política, como também na formação da sociedade e identidade nacional.

Em nosso estudo a análise dos documentos, permitiu discutir a concepção de história presente nos currículos a partir da disposição para acolher ou não a temática indígena considerando que os currículos dos cursos de licenciaturas exercem grande influência na organização do trabalho pedagógico escolar, não somente porque organizam os conhecimentos a serem socializados pelos professores e apropriados pelos estudantes da educação básica, mas porque, nele estão implícitas, as escolhas, os silêncios, as disputas culturais, sociais e políticas que privilegiam determinados conhecimentos e culturas em detrimento de outros, neste caso, os conhecimentos referentes às histórias e culturas da população indígena. Do mesmo modo, nele também estão presentes as possibilidades e contribuições para a superação das desigualdades.

Disciplina é outro conceito fundamental para a pesquisa. Conforme Goodson (2013) a disciplina surge a partir de objetivos pedagógicos e utilitários, ligada a aspectos práticos e emergentes da realidade. Ele afirma que com o passar do tempo, as disciplinas se tornam cada vez mais acadêmicas, em um movimento de justificação científica daquele conhecimento de modo que, se constituem as disciplinas científicas que integram tanto docentes quanto discentes do meio científico/acadêmico.

A partir da leitura e compreensão dos teóricos que embasam a pesquisa, nossa leitura sobre a inclusão de conteúdos e a criação de disciplinas acadêmicas sobre História Indígena é de que são frutos de uma motivação que tem origem na escola, de baixo para cima, e da pressão do movimento indígena e de seus apoiadores. Como observado nos trabalhos de Goodson e Chervel, entendemos que uma disciplina surge no currículo, inicialmente, para responder a uma necessidade social imediata, nesse caso colocada pela Lei 11.645/08.

Para atender a demandas geradas no contexto escolar e social mais abrangente, produzidas pela diversidade e exclusão, os cursos de licenciatura vêm promovendo reformulações que alteram significativamente suas estruturas curriculares. Os estudos de Goodson sobre as disciplinas curriculares têm acentuado o fato de que os rumos de uma disciplina são afetados por debates e disputas entre os subgrupos que compõem e também como essas disputas são influenciadas por aspectos da política educacional e da sociedade mais ampla. A lógica processual das disciplinas, como proposto pelo autor, é assumir inicialmente uma necessidade social de existência para, num movimento posterior, legitimar-se como uma tradição acadêmica.

Goodson exemplifica, nesse sentido, o currículo como “invenção de tradição” referindo-se a Eric Hobsbawn. Para Hobsbawn (2014, p. 08) *tradição inventada* significa um conjunto de práticas e ritos, normalmente guiados por normas expressas ou tacitamente aceitas; que fazem circular certos valores e normas de comportamento por meio de repetição, o que implica em continuidade com um passado histórico considerado apropriado. Ou seja, tradições e costumes inventados não são originais, são fabricados, construídos. Assim, entendemos o currículo como “tradição inventada”, pois define um tipo de verdade que fornece uma estrutura para a ação que pode permanecer por longo tempo sem ser questionada e ao mesmo tempo beneficiar determinados grupos dominantes.

Nos cursos de história a introdução de disciplinas e pesquisas sobre história indígena pode apontar para uma redefinição de paradigmas, uma vez que as disciplinas de status reconhecidos nestes cursos foram por muito tempo predominantemente de caráter eurocêntrico. Contar a história com e a partir de outros sujeitos pode significar a desconstrução de uma tradição, o que não implica desconsiderar o componente europeu na constituição dessa nova história e identidade brasileiras, que desejamos mais ampla e sensível aos diferentes sujeitos. Também não desconsideramos a necessária atenção para as determinações históricas, sociais, políticas e culturais que incidem diretamente para que haja resistência a fim de dar lugar na História aos povos indígenas.

Assim temos que a inclusão das histórias e culturas indígenas nos cursos de Licenciatura em História não ocorre sem negociações e disputas, pois é um cenário repleto de interesses divergentes, opiniões plurais e interpretações também plurais. Pensar a inclusão da temática indígena, no atual cenário social, significa (re) pensar as relações de poder presentes na constituição identitária da sociedade brasileira.

No que concerne ao seu papel na formação de professores, para que a Universidade contribua para a superação de uma história única, centrada no ponto de vista europeu e que desconsidera a presença de negros e, sobretudo de indígenas, é necessário que assumam os desafios que se apresentam de modo a contribuir para que os futuros professores se tornem “conhecedores da pluralidade de realidades presentes e passadas, das questões do seu mundo individual e coletivo, dos diferentes percursos e trajetórias históricas” (SCHIMIDT, 2012, p. 64). Por tanto, mais do que criar disciplinas e inserir novos conteúdos, a introdução da história e cultura indígena nas licenciaturas em História exige uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico.

Apresentamos a seguir um resumo das considerações a que chegamos a partir da leitura dos programas das disciplinas dos cursos selecionados para a pesquisa, sendo que, cabe ressaltar apenas disciplinas que contemplam conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas tiveram seus programas analisados.

Universidade de São Paulo:

Disciplinas obrigatórias que contemplam conteúdos de história e cultura indígena: História da América Colonial; História da América Independente I; História do Brasil Colonial I; História do Brasil Colonial; História do Brasil Independente I; Ensino de História: teoria e prática (cita a Lei 11.645/08 e o ensino dos conteúdos abordados no ensino básico).

Disciplinas eletivas que contemplam conteúdos de história e cultura indígena: História da América pré-hispânica; História Social das ideias políticas na América colonial; A História das religiões e os encontros culturais da primeira Idade Moderna, entre Europa, América e Ásia; História indígena colonial; História de São Paulo colonial; O ensino de História e a questão indígena.

Devemos informar que algumas disciplinas são ofertadas para mais de uma turma por diferentes professores, portanto, possuem mais que um plano de curso. Este é o caso das disciplinas de História do Brasil Colonial I (04 programas), História do Brasil Colonial II (03 programas), História da América Colonial (03 programas), História do Brasil Independente I (03 programas), História da América Independente I (02 programas).

A partir da leitura dos programas das disciplinas ofertadas no curso de História na USP, e considerando a variedade de programas para cada disciplina, verificamos que não há uma disciplina obrigatória de História Indígena. Os povos indígenas são considerados nos conteúdos das disciplinas obrigatórias sobre História do Brasil e História da América com maior ou menor destaque de acordo com o professor que ministre a disciplina.

Em História da América os indígenas enquanto sujeitos históricos são estudados em diferentes épocas, como por exemplo: no período anterior à invasão europeia, durante o processo de colonização; nas lutas pela independência das colônias e nos períodos posteriores. Alguns dos professores não deixam de considerar também os indígenas da América de colonização portuguesa. Pela análise dos programas, inferimos que os alunos tem acesso amplo à rica bibliografia e variedade de fontes documentais, no entanto, grande parte das indicações de leitura não está publicada na língua portuguesa o que demonstra que tais obras de referência em nosso país ainda não ganharam a visibilidade merecida e, é válido lembrar, que há também indicações de autores brasileiros preocupados com a história indígena americana. Identificamos semelhanças nos conteúdos dos programas para cada período histórico abordado também como temas que não se repetiram, uma vez que cada professor tem liberdade para indicar temáticas diversas de acordo com seus interesses de pesquisa e de seus alunos.

Nas disciplinas de História do Brasil os indígenas são contemplados principalmente no período colonial. Temas como choque cultural, escravização, catequização, bandeirantismo, entre outros são recorrentes nos diferentes programas apresentados para a disciplina de História do Brasil Colonial. Em diversos temas e leituras indicadas fica evidente o entendimento dos povos originários como sujeitos históricos. Privilegiam-se em todos os programas que abordam a história brasileira colonial, a discussão de importantes obras e fontes documentais. A partir do momento em que as disciplinas de História do Brasil passam a focar em períodos posteriores ao processo de Independência do país, os indígenas tendem a aparecer com pouca frequência nos programas. Já não constam mais nos títulos dos temas selecionados e nas bibliografias apresentadas são referenciados em episódios pontuais da História do Brasil independente, como sua participação na Guerra do Paraguai, por exemplo.

Entre as disciplinas obrigatórias apenas para o curso de Licenciatura, considerando tanto as ofertadas pelo Departamento de Educação quanto pelo Departamento de História, apenas um dos programas discute a temática indígena, sendo o programa da disciplina Ensino de História: teoria e prática. A disciplina em questão considera a necessária formação do professor de História para o ensino de conteúdos sobre histórias e culturas indígenas, atendendo ao disposto na Lei 11.645/08 no que concerne a obrigatoriedade de seu ensino na educação básica. Tanto se discute a história indígena no Brasil como em seu contexto mais amplo, considerando-se a história de povos indígenas de outros territórios no continente americano, como também há a preocupação com a discussão sobre o ensino de tais temas para o ensino fundamental e médio, os níveis de ensino para os quais se habilitam os licenciados em História pela USP.

Quanto à oferta de disciplinas eletivas que discutem em seus conteúdos a história indígena, tem maior concentração em conteúdos que abordam a América de colonização espanhola, sobretudo nos períodos pré-hispânico e colonial. A História indígena na América portuguesa, descrita nos programas se restringe ao período colonial, havendo a possiblidade do aluno cursar uma disciplina que tem como foco especificamente a história de São Paulo. Para os discentes que optam pela licenciatura existe uma disciplina eletiva totalmente voltada à história indígena e seu ensino. No entanto, é preciso lembrar que por serem disciplinas de caráter eletivo não atingem a todos os alunos do curso, mas apenas aqueles que escolhem cursá-las. Cabe considerar ainda, que as disciplinas específicas para a formação do licenciado, as quais abordam a temática indígena são ofertadas pelo próprio departamento de História, sendo que não identificamos em nenhuma das disciplinas ofertadas pelo departamento de Educação, temas relacionados às histórias e culturas indígenas e seu ensino.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:

As disciplinas que apresentamos a seguir, as quais contemplam conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas, são todas ofertadas em caráter obrigatório para o curso de licenciatura. Quanto as disciplinas de caráter optativo, podem ser ofertadas por professores de outros departamentos, sendo que estas não são fixas, mudam a cada semestre com objetivo de ampliar a flexibilização dos cursos de bacharelado e licenciatura, permitindo ao aluno (de acordo com o projeto pedagógico do curso) maior autonomia para constituir seu currículo e possibilitar a ampliação e o aprofundamento do diálogo interdisciplinar com os demais cursos da Universidade. No entanto, nos últimos três anos - data de aprovação do último projeto pedagógico - nenhuma optativa contemplou a temática indígena. Também nenhuma das disciplinas na área de educação ofertadas para a formação do licenciado abordam as questões indígenas e seu ensino.

As disciplinas obrigatórias que contemplam conteúdos de história e cultura indígena são: Fundamentos do sistema colonial na América portuguesa: séc. XVI-XVII (Brasil I); O século XVIII na América portuguesa e a crise do sistema colonial (Brasil II); História americana antes da conquista europeia (América I); História da América colonial espanhola (América II); América: gênese e formação do Estado (América III).

Entre as disciplinas ofertadas no curso de História da PUC-SP, que abordam a temática indígena destacam-se os programas de História da América, os quais referenciam os povos originários em todos os períodos estudados, em determinados temas, como o contato entre europeus e indígenas, diversidade étnica, escravização e resistência, por exemplo. Os temas são abordados a partir da leitura de fontes documentais e bibliografia sobre o tema e o período estudados, e considera-se a necessária formação do professor para que os conteúdos aprendidos na universidade sobre a história do continente americano possam ser ensinados no ensino básico. Consideram e contemplam o disposto na Lei 11.645/08 sobre a inclusão de conteúdos de história e cultura indígenas nos currículos, principalmente nos programas de História americana antes da conquista europeia (América I) e América: gênese e formação do Estado (América III) .

As disciplinas de História do Brasil discutem a participação indígena na História apenas até o século XVIII (Brasil I e II) desaparecendo dos programas de História do Brasil referentes a períodos posteriores. Nos programas que referenciam os indígenas estes são contemplados principalmente em temas sobre o contato, escravização, catequisação e território. São estudados tanto documentos importantes do período quanto obras de referência na historiografia.

Universidade de Campinas:

No curso de História da Unicamp são ofertadas disciplinas obrigatórias que contemplam conteúdos, como introdução ao estudo da história, história antiga, medieval, moderna e contemporânea, história do Brasil, história da América, teoria da história, entre outras. Há também disciplinas eletivas agrupadas sob a denominação Tópicos Especiais em História, estas variam a cada semestre e apresentam geralmente, os temas de pesquisa dos professores e o aprofundamento de temas sugeridos pelos alunos. É permitido ainda aos alunos frequentarem disciplinas que integram outras áreas do conhecimento, como: economia, geografia, filosofia, educação, teoria literária, ciências sociais, etc.; em outros cursos da universidade. O aluno que decide cursar a licenciatura deve, assim como nas demais universidades, se matricular também nas disciplinas de formação pedagógica e didática, e ainda realizar o estágio supervisionado.

Nos programas das disciplinas obrigatórias ofertadas identificamos algumas que abrangem conteúdos sobre os povos indígenas. Entre as diciplinas obrigatórias localizamos as seguintes: História do Brasil I; História da América I, II e III; História Moderna I e; Estágio Supervisionado em história (obrigatório apenas para quem opta pela licenciatura).

As disciplinas eletivas do grupo Tópicos Especias em História que apresentam a temática indígena são: Tópicos Especiais em História XXVI Historiografia da Arte e da Arquitetura do Período Colonial na América Latina; Tópicos Especiais em História XXIX Leituras sobre a América portuguesa: Sociedade e cotidiano; Tópicos Especiais em História XXX Práticas e Estratégias do Ensino de História; Tópicos Especiais em História XLIX Peru do século XVI: Os Incas nas crônicas espanholas; Tópicos Especiais em História XXXVI Arqueologia e Patrimônio; Tópicos Especiais em História XLIX Peru do século XVI: Os Incas nas crônicas espanholas.

Apenas uma disciplina de História do Brasil faz referência direta em seu programa aos indígenas, sendo a disciplina de História do Brasil I, de acordo com os documentos acessados, esta tem como foco o estudo da constituição e características da sociedade na América portuguesa do século XVI ao XVIII, por meio da revisão crítica da historiografia sobre o período e da análise de documentos. Muitos temas e leituras apresentados no programa da disciplina referenciam a história indígena numa perspectiva de protagonistas da história do período colonial brasileiro. Abordam a expansão ultramarina, o contato entre diferentes culturas e toda discussão gerada sobre o “governo dos povos” a partir de mecanismos de dominação colonial que trazia à tona o debate sobre a legitimidade das escravização indígena.

As disciplinas de História da América I, II e III abarcam conteúdos de história indígena em diversos de seus conteúdos desde as sociedades pré-colombianas ao momento atual. O estudo dos processos políticos, sociais e culturais na América é, conforme os programas, realizado sobretudo, por meio da análise de documentos e do debate historiográfico. Cabe ressaltar, que nos programas das disciplinas de História da América é frequente a proposta de discussão sobre o processo de construção das identidades nacionais e latino-americana. No programa da disciplina de História da América I, há ainda a apresentação de conteúdos e blibliografia, que dizem respeito às relações entre o conhecimento acadêmico e sua prática didática para o ensino fundamental e médio.

No documento analisado da disciplina obrigatória de História Moderna I, esta foi ofertada com o título de História Moderna I: da Respublica Christiana ao Estado Moderno: Tensões, Rupturas e Continuidades na Primeira Modernidade (Séculos XV-XVII). Os indígenas são referenciados nos conteúdos que abordam o tema do catecismo e das catequeses no contexto das reformas religiosas da modernidade.

Obrigatória apenas para os que desejam obter o título de licenciatura, Estágio Supervisionado em História, não apresenta entre os temas elencados em seu programa, temas envolvem os indígenas, porém entre os títulos listados na bibliografia, indica a leitura do dossiê Ensino de História Indígena, publicado pela revista História Hoje. 1 nº 2 (dez. 2012).

Entre as disciplinas eletivas do grupo Tópicos Especiais em História, que realizam o debate sobre as populações indígenas da América, está Peru do século XVI: Os Incas nas crônicas espanholas, a qual em seu programa propõem o estudo principalmente da região andina com ênfase na população inca e a relação que estabeleceram com os espanhóis no século XVI. Outra disciplina do grupo, que inclui a questão indígena é Historiografia da Arte e da Arquitetura Colonial na América Latina, que tem por objetivos oferecer aos alunos um panorama da historiografia da arte e da arquitetura do período colonial na América Latina. Os indígenas aparecem no estudo da historiografia da arte e da arquitetura nas Missões Jesuíticas na América do Sul. Em todas elas há indicação tanto de fontes documentais como de uma ampla relação bibliográfica de obras consideradas clássicas, como também as obras publicadas recentemente.

O contexto brasileiro é visto em Arqueologia e Patrimônio, disciplina que indica no programa, o estudo de diferentes épocas, culturas e temáticas, incluindo contextos europeus, do continente americano e, em particular, o contexto brasileiro. Assim, contempla o estudo sobre sítios arqueológicos com vestígios de populações indígenas na América Latina, mas principalmente no Brasil. Também em Leituras sobre a América portuguesa: Sociedade e cotidiano estão inseridos conteúdos que tratam dos povos originários, sendo que esta apresenta como objetivo do curso, oferecer aos alunos a possibilidade de aprofundar temas e debates historiográficos discutidos na disciplina de Brasil I. Os conteúdos que privilegiam os indígenas referem-se ao estudo da sociedade na América portuguesa em sua diversidade, dinâmica e interações, que de acordo com o programa da disciplina, busca refletir acerca da presença e convivência de diversas e diferentes etnias e grupos sociais, bem como dos processos nos quais esses diferentes elementos sociais e culturais interagiram no cotidiano colonial.

Entre as disciplinas de formação pedagógica apenas em Práticas e estratégias do Ensino de História e em sua bibliografia faz referência aos indígenas e/ou a lei que torna obrigatório o ensino de história indígena.

Universidade Estadual Paulista/FCL-Assis

Todos os programas do curso de História da FCL-Assis seguem o mesmo padrão. Os temas são apresentados sem as indicações de leitura para cada um deles. Os programas apresentam todos uma relação bibliográfica, porém não é possível determinar entre os textos indicados quais são os trabalhados em aula.

Disciplinas obrigatórias que contemplam conteúdos de história e cultura indígena: História da América I (faz referência ao ensino dos conteúdos abordados no ensino básico); História da América II; História da América portuguesa I; Disciplinas eletivas que contemplam conteúdos de história e cultura indígena: Educação ambiental e indigenista (faz referência ao ensino dos conteúdos abordados no ensino básico);

No curso de História da UNESP/Assis conteúdos e bibliografia com referência direta a História indígena estão presentes nos programas de História da América em diferentes períodos, mas com maior incidência na abordagem do período colonial com preocupação para a formação de professsores para o ensino dos conteúdos no ensino básico, principalmente na disciplina de História da América I. Apenas uma disciplina de História do Brasil contempla as histórias e culturas indígenas em seu programa, unicamente na abordagem do período colonial e não considera no documento o ensino na educação básica sobre o período e suas problemáticas . Nenhuma disciplina vinculada ao departamento de Educação, entre as ofertadas para os licenciandos em História discute a temática indígena. A única disciplina optativa que aborda o tema depende da escolha dos alunos para cursá-la não atingindo a todos os discentes da licenciatura, mas apenas àqueles que se interessem a princípio pelo tema, sendo esta intitulada Educação ambiental e indigenista, no entanto, a disciplina foi aprovada no último projeto pedagógico do curso, tem programa definido, mas até o momento da escrita do artigo ainda não havia sido ofertada. A disciplina em questão em seu programa considera a necessária discussão sobre os conteúdos abordados e seu ensino na educação básica.

O que mostram os programas estudados?

A leitura e análise atentas dos programa indicam que os indígenas são contemplados principalmente em disciplinas de História da América, tanto optativas quanto obrigatórias, que geralmente consideram os indígenas enquanto sujeitos e protagonistas históricos. Normalmente, não se detêm apenas nas altas culturas andinas e mesoamericanas, mas também em outras populações indígenas inclusive no território luso-americano. Os povos originários são referenciados em diferentes momentos históricos, desde todo o período anterior ao contato com os europeus até os dias atuais. Algumas disciplinas referenciam a Lei 11.645/08 e consideram necessário o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos escolares.

Nas disciplinas de História do Brasil os indígenas são considerados muitas vezes apenas no período colonial tendendo a aparecer com menor frequência durante o Império e desaparecendo após a Independência. Entre os conteúdos mais abordados encontram-se: o contato entre as diferentes culturas, escravização indígena, catequese, bandeirantismo e expansão do território, política e legislação indigenista e, questão das terras. Admite-se e assume-se o indígena enquanto sujeito histórico, no entanto, há pouca referência a Lei 11.645/08 ou ainda ao ensino dos conteúdos nos níveis fundamental e médio.

Nenhuma das universidades oferta disciplinas específicas de História Indígena em caráter obrigatório, no entanto, todas incluíram em seus currículos disciplinas tanto eletivas quanto obrigatórias de História da África e dos afrodescendentes a partir da Lei 10.639/03, anterior a Lei 11.645/08. PUC-SP e UNESP ainda não ofertaram nenhuma disciplina com o título que contemple predominantemente a questão indígena. Apenas USP e Unicamp ofertaram conteúdos com a temática indígena em disciplinas especificas para a formação de professores e todas fazem referencia a Lei 11.645/08.

Os departamentos de Educação responsáveis por ofertar disciplinas para a formação do professor de História não ofertaram qualquer disciplina com a temática indígena em quaisquer das universidades estudadas.

Fica evidente a resistência a dar espaço a discussão sobre os povos indígenas nos currículos das universidades. No entanto, por delimitação de tema, a pesquisa não consegue neste momento identificar as relações de poder que se dão nos departamentos de História, os quais criam e discutem os currículos analisados e que tem deixado os povos indígenas mais uma vez de fora da História, apesar da Lei 11.645/08. Para tanto seria necessário também o estudo do currículo ativo e uma maior participação nas universidades escolhidas. No entanto, a pesquisa alcança seu objetivo quando identifica como os futuros professores de História estão sendo formados para o ensino da temática indígena, quais os conteúdos, abordagens e perspectivas adotados pelos Departamentos de História estudados apontando assim para as permanências e rupturas no ensino de conteúdos sobre as populações indígenas, no ensino de história, tanto na ensino básico como nas universidades, com e apesar da Lei 11.645/08.

Identificamos a partir da leitura do currículo prescrito que as definições do marco legal, Lei 11.645/08, se incorporam muito timidamente nas licenciaturas em História, não constituindo disciplina obrigatória em nenhuma das universidades estudadas. Consideramos que para o desenvolvimento de uma disciplina acadêmica importa tanto fatores internos quanto externos, que devem ser entendidos como interligados e interdependentes.

Julgamos importante considerar que o currículo é muito mais do que um conjunto de conhecimentos e uma determinada composição textual sobre as disciplinas, uma vez que ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da escolha e seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. Nesse sentido, o debate curricular está sempre marcado por tensões, contradições, concessões, conflitos de ordem política, econômica, social, cultural, que influenciam as formas de organização de uma nação (CAIMI, 2013, p. 205).

A leitura dos currículos das licenciaturas em História permite identificar os fins sociais e políticos que os orientam, bem como discutir a concepção de história presente nos currículos a partir da disposição para acolher ou não à temática indígena. Embora avanços tenham ocorrido, como a criação de disciplinas optativas, por exemplo, ainda estamos frente a uma situação em que a disciplina não se consolidou. Nem mesmo os conteúdos sobre as histórias e culturas indígenas estão inserindo-se totalmente nos currículos de disciplinas consideradas como fundamentais para discutir a temática, citamos como exemplar, o desaparecimento dos indígenas dos programas das disciplinas de História do Brasil nos períodos posteriores à Independência do país. Mesmo o campo de pesquisa no país vem se desenvolvendo apenas nas últimas décadas.

Embora todas essas disciplinas sejam importantes para a formação do professor de história, elas cumprem outro papel que não se relaciona minimamente com o reconhecimento da alteridade indígena no país e a necessidade de multiplicar ideais antidiscriminatórios a partir do reconhecimento de seu protagonismo histórico e na formação do país. De fato, tais posturas não contribuem para abalar a prevalência de personagens europeus na construção da América e, ainda, reforçam a ideia de que os povos indígenas brasileiros são (ou devem ser) relíquias vivas congeladas numa pré-história imutável. Assim, ao optarem por não criar uma disciplina específica de História Indígena, preferindo diluir esse conteúdo nas disciplinas de História do Brasil ou da América, os cursos de Licenciatura em História não cumprem apenas a Lei 11.645/08, como ainda posicionam-se incontestavelmente contra ela, reforçando um conhecimento informado por uma historiografia eurocêntrica e mantendo a ideia folclorizada de um índio prístino e autêntico que contrasta dramaticamente com o índio real (MEC/CNE, 2012, p 14).

O grande desafio para reconhecer, respeitar, valorizar a diversidade própria de sociedades multiculturais está em ir muito além de simplesmente admitir que existam diferenças sociais e étnico-raciais entre grupos e pessoas. É necessário mais do que a inclusão de novos conteúdos, é preciso também repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, os procedimentos de ensino, as condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas nas escolas e universidades. Estes além de ampliarem as perspectivas de estudos permitem que as dimensões históricas, sociais, antropológicas contribuam para que a população indígena possa se reconhecer e ser reconhecida na cultura e ter identidade nacional baseada na diversidade étnica e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, Antônio Simplício de. Ensino de História Indígena: currículo, identidade e diferença. In: Patrimônio e memória. São Paulo, UNESP, v. 10, n. 2, p. 218-234, jul./dez. 2014. ISSN – 1808–1967. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/461>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História do Brasil: identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Reflexões sobre currículo e diversidade cultural. In: BUENO, José G. Silveira. MUNAKATA, Kazumi. CHIOZZINI, Daniel Ferraz. (orgs.) A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

CAIMI, Flávia Eloisa. A licenciatura em História frente às atuais políticas públicas de formação de professores: um olhar sobre as definições curriculares. Revista Latino-Americana de História. vol. 2, n° 6, agosto de 2013. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/189/143>

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Diretrizes Curriculares para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes (Mato Grosso, Brasil). Tese. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, v.2, 1990.

CIAMPI, Helenice. A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: EDUC, 2000.

GOODSON, IVOR F. Currículo: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. “Histórias e Culturas Indígenas”. Alguns desafios no ensino e na aplicação da Lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígenas estamos mesmo falando? Revista História e Perspectiva, Uberlândia, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/32772/17715>

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do Professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe M. F. (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. Revista História Hoje, vol. 1, nº 2, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/48>

1. Com respeito ao conceito de “movimento” aqui usado, cabe considerar que consideramos a luta indígena enquanto movimento no sentido de que este tem origem em experiências de desrespeito que alcança todo um grupo. Ressaltamos que o referido movimento indígena não pode ser compreendido a partir da ideia de unidade, sendo antes a diversidade e fragmentação características importantes, como ocorre internamente também em outros movimentos sociais. [↑](#footnote-ref-1)
2. No ano de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgou seu relatório, no qual denuncia que os povos indígenas no Brasil, sofreram violação de direitos humanos, entre os anos de 1946 e 1988. O documento revela que pelo menos 8.350 indígenas foram mortos pelo Estado brasileiro, no período investigado. Durante toda a Ditadura civil-militar, os indígenas foram perseguidos, criminalizados, presos, torturados e mortos. [↑](#footnote-ref-2)
3. Apesar da Lei 11.645/08 tratar no singular a história e cultura indígena, usamos “histórias e culturas indígenas”, no plural, porque entendemos que os numerosos povos indígenas possuem processos históricos e culturas diversos. O último Censo do IBGE (2010) apontou 305 etnias registradas, com línguas, modos de pensar e vivenciar os mais variados, os quais apesar de possuir alguns traços culturais e histórias em comum, apresentam muitas diferenças. De acordo com Carlos José Ferreira dos Santos, o enunciado da Lei 11.645/08 pode conduzir os educadores a reproduzir concepções padronizadas acerca dos indígenas brasileiros, uma vez que “percebe-se que ela possibilita uma noção de história e cultura indígena num sentido absoluto, unificador e genérico” (SANTOS, 2012, p. 202) [↑](#footnote-ref-3)
4. A Lei 11.645/08 não faz referência direta às Universidades, apenas à rede básica de ensino, no entanto, é implícita a necessária formação do futuro professor para o ensino da temática. A lei em questão é complementar da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na rede básica de ensino. Um ano após a aprovação da Lei 10.639/03 o Ministério da Educação (MEC) lançou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, neste documento consta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos cursos de licenciatura. Passados oito anos da aprovação da Lei 11.645/08 ainda não temos uma Diretriz que contemple a temática indígena e responsabilize as universidades, no que concerne a formação do professor para a adequada aplicação da referida Lei. [↑](#footnote-ref-4)
5. São Paulo, o estado que abarca as universidades estudadas, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, tem 0,1% de indígenas, totalizando 41.794 habitantes, os quais vivem, sobretudo, nas cidades (37.915). Esses números mostram que o estado também possui uma população indígena bastante significativa. Tais números, como já afirmado anteriormente, também corroboram para que as universidades do estado de São Paulo, nos cursos de história, revejam seus currículos a fim de atender ao disposto nas legislações com relação ao ensino da temática. [↑](#footnote-ref-5)